

ATO CONVOCATÓRIO Nº 002/2025

FUABC - CENTRO HOSPITALAR DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

PROCESSO Nº 0034/25

ATO CONVOCATÓRIO DE COLETA DE PREÇOS OBJETIVANDO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR SEM MOTORISTA TIPO VAN PARA A FUNDAÇÃO DO ABC - CENTRO HOSPITALAR DO SISTEMA PENITENCIÁRIO.

1 - PREÂMBULO

1.1 - Acha-se aberto no CENTRO HOSPITALAR DO SISTEMA PENITENCIÁRIO, sob a gestão da FUNDAÇÃO DO ABC, localizado na Rua Dom José Maurício, nº 15, Carandiru - São Paulo/SP, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº 57.571.275/0019-21, o Ato Convocatório objetivando a contratação de empresa especializada em locação de veículo automotor sem motorista tipo van;

1.2 - O Ato Convocatório também poderá ser retirado no Setor de Compras da Fundação do ABC - Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário, localizado na Rua Dom José Maurício, nº 15, Carandiru, São Paulo/SP, a partir do dia **18/02/2025** das 09h00min às 15h00min, com término de retirada em **21/02/2025**;

1.3 - Os envelopes de propostas deverão ser entregues no endereço supracitado até o dia **24/02/2025** às 12h00 horas, em conformidade com as seguintes condições:

2 - DO OBJETO

2.1 - A presente Coleta de Preços tem por objeto a contratação de empresa especializada em locação de veículo automotor sem motorista tipo van para a Fundação do abc - centro hospitalar do sistema penitenciário para a Fundação do ABC - Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário;

2.2. O valor estimado anual para a contratação é de **R\$ 146.940,00 (cento e quarenta e seis mil, novecentos e quarenta reais)**.

2.3 – O valor estimado do item anterior, já estão inclusas as despesas como licenciamento do veículo, seguro automotivo, Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, seguro obrigatório, assim como eventuais despesas de natureza trabalhista, previdenciária, ou ainda licenças etc.

2.4 – A CONTRATANTE, a seu critério, poderá desclassificar a(s) proposta(s) que não coincide(m) com os limites previstos para as despesas orçadas para a contratação;

3 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 - A proposta comercial deverá estar contida em **envelope lacrado** e mencionando exteriormente o nome da empresa, o número do processo, o número do Ato Convocatório e o seu objeto;

3.2 - A Razão ou Denominação Social da empresa constante dos envelopes ou de quaisquer outros documentos deverá ser a mesma constante do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, encontrando-se vedada a utilização de nome “fantasia” ou nome incompleto;

3.3 - A proposta comercial deverá ser apresentada impressa ou datilografada, sem emendas ou rasuras e devidamente assinada por quem de direito;

3.4 - Não será admitida a participação de consórcios, bem como as participações de empresas impedidas por lei;

3.5 - Não será admitida a subcontratação para a execução do contrato decorrente desta Coleta de Preços, salvo se houver autorização expressa da CONTRATANTE;

3.6 - Não poderá ser contratada empresa que esteja suspensa ou impedida de licitar/ negociar com a Administração Pública, bem como empresa que tenha sido declarada inidônea para licitar/contratar com a Administração Pública, e, ainda empresa que esteja inscrita no CADIN estadual, mediante exigência expressa no Contrato de Gestão havido entre Fundação do ABC e Secretaria de Saúde do Estado;

3.7 - Que tenham sido declaradas inidôneas para contratar com a Administração Pública pelo Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, nos termos do artigo 108, da Lei Complementar Estadual nº 709/1993;

3.8 - Fica reservado o direito à CONTRATANTE de efetuar diligências em qualquer fase da Coleta de Preços para verificar a autenticidade e a veracidade dos documentos e das informações apresentadas nas Propostas, bem como esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada à inclusão posterior de documento ou de informação exigidos nesta Convocação;

3.9 - Fica desde já estabelecido que não serão aceitas, em hipótese nenhuma, reclamações posteriores, por desconhecimento de quaisquer condições referentes às atividades a serem avaliadas por meio de visita técnica.

4 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 - Registro comercial, no caso de empresa individual;

4.2 - Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, e última alteração devidamente registrados;

4.3 - Comprovante de inscrição da empresa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

4.4 - Prova de regularidade com as Fazendas Públicas: I - Federal (Certidão Conjunta fornecida pela Secretaria de Receita da Fazenda do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, respectivamente, em conjunto, nos termos da IN/RFB nº 734/07 e do Decreto nº 6.106/2007); II - Estadual e III - Municipal (Certidão de Tributos Mobiliários e Imobiliários), conforme o domicílio ou sede da participante, admitida a certidão positiva com efeito de negativa ou outra equivalente na forma da lei;

4.5 - Prova de Regularidade para com o Fundo de Garantia por tempo de Serviço (CRF);

4.6 - Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes estadual e municipal, se houver, relativo à sede da participante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratado;

4.7 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos da Lei Federal nº 12.440/11;

4.8 - Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitida no período de até 30 (trinta) dias anteriores à data fixada para a entrega dos documentos, observadas as condições previstas na súmula 50 do E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que dispõe: *“Em procedimento licitatório, não pode a Administração impedir a participação de empresas que estejam em recuperação judicial, das quais poderá ser exigida a apresentação, durante a fase de habilitação, do Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital;*

4.9 - Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

4.10 - Toda documentação específica, pertinente ao ramo de atividade relativa aos serviços, especialmente:

4.10.1 - Atestado de capacidade técnica expedido por órgãos públicos ou privados de até 2 (dois) anos, pertinente ao ramo de atividade da interessada, registrado no órgão competente, quando necessário;

4.10.2 - Cópia da documentação do veículo, que deverá estar em dia, inclusive apólice de seguros, licenciamento veicular e IPVA quitado;

4.11 - Demais Termos e Declarações exigidos nos Anexos do presente Convocação;

4.12 – Para todos os efeitos será admitida participação das empresas regidas pela Lei nº 123/1996.

5 - DAS PROPOSTAS

5.1 - A proposta deverá ser elaborada tendo como base as condições estabelecidas no Termo de Referência, de modo a conter:

5.1.1 - Valor global referente a prestação de serviços;

5.1.2 - Tributos, se houver, indicando se a alíquota está inclusa ou não no preço ofertado;

5.1.3 - Prazo de validade da proposta, não inferior a 30 (trinta) dias;

5.1.4 - Proposta de preços com detalhamento dos custos incorridos, tais como e sem se limitar, a custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxas, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, garantias, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado;

5.1.5 – Ainda deverão estar inclusos no preço ofertado licenciamento do veículo, seguro automotivo, Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, seguro obrigatório, livre de quaisquer ônus para a CONTRATANTE, além de eventuais despesas de natureza trabalhista, previdenciária, ou ainda licenças etc.;

5.2 - O preço apresentado deverá ser em moeda nacional, com até duas casas decimais, expressos em algarismos e por extenso;

5.3 - Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Ato Convocatório e seus anexos, que sejam omissas ou que apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento, e ainda, aquelas que contemplem preços excessivos ou inexequíveis;

5.4 - As propostas deverão conter a assinatura do representante legal ou responsável;

5.5 - Os participantes deverão, para fins de comunicação, fornecer contato telefônico e e-mail, através do qual será comunicado o resultado;

5.6 - As propostas devem ser acompanhadas com os documentos de habilitação previstos no **item 4**, deste Ato Convocatório;

5.7 – As propostas não contendo o que determina os itens acima não serão analisadas.

6 - DO PROCESSAMENTO E DO JULGAMENTO

6.1 - Será utilizado o critério do tipo menor preço, do serviço que alude o anexo I, assim como considerar-se-á o valor materiais empregados para execução dos serviços, impostos, eventuais taxas e outros eventuais incidentes;

6.2 - A Licitante, ainda, reserva-se o direito de considerado os seguintes critérios para julgamento da proposta: i) Adequação das propostas a especificação do produto/serviço a ser adquirido; II. Qualidade; III. Menor preço; IV. Prazo de fornecimento; V. Condições de pagamento e maior retorno econômico; VI. Outros critérios previstos no Regulamento de Compras da Fundação do ABC;

6.3 – Além dos critérios objetivos de julgamento que aludem os itens acima, a CONTRATANTE poderá adotar o critério previsto nos itens 2.4 do preâmbulo do presente Ato Convocatório.

6.4 - Considerada vencedora a empresa que, comprovadamente, tenha atendido a todas as exigências formais do presente Ato Convocatório, desde que a prestação de serviços esteja de acordo com todas as exigências e especificações mencionadas nos Anexos;

6.5 - Em caso de empate, a decisão se fará através de sorteio, conforme os ditames da Lei nº 14.133/2021 e, após o critério de classificação;

6.6 - Tratando-se de erro sanável mediante diligência, faculta-se à Fundação do ABC - Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário efetuar esta diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo em qualquer fase da Coleta de Preços;

6.7 - Na hipótese de todas as propostas serem desclassificadas e a critério da Diretoria Geral poderá ser fixado o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação de nova proposta comercial;

6.8 - Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências deste ato convocatório;

6.9 - O resultado final do presente certame será e publicado no sítio eletrônico da Fundação do ABC (www.fuabc.org.br), ocasião em que será aberto prazo para impugnações e recursos;

6.10 – As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da

participação em certames licitatórios e logrando vencedora, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, respeitados os termos da Lei Complementar 123/2006, no Capítulo V – seção I, especificadamente o previsto nos artigos 43 e 44, da referida lei;

6.11 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, a contar da comunicação oficial, para a devida regularização da documentação que houver pendente;

6.12 – Não regularizando da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 5º do art. 90 da Lei nº 14.133, de abril de 2021, sendo facultado à CONTRATANTE convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7 - DAS IMPUGNAÇÕES e RECURSOS

7.1 – As impugnações ou recursos deveram ser protocoladas nas dependências da Licitante, a saber, Rua Dom José Maurício, nº 15, Carandiru - São Paulo/SP, em papel timbrado, razão social, CNPJ e assinatura do representante legal da empresa;

7.2 – Não serão admitidas impugnações ou recursos encaminhados por e-mail ou qualquer outro meio telemático;

7.3 - Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar os termos do Ato de Convocação até 2 (dois) dias antes da data de abertura do certame, dirigido o recurso à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida;

7.4 - A impugnação oferecida dentro do prazo estabelecido no item anterior, será encaminhada imediatamente à autoridade máxima da Unidade, para que esta se manifeste quanto à aplicação do efeito suspensivo ou não a essa;

7.5 - Caberá recurso das decisões da autoridade máxima da Unidade, no prazo de 02 (dois) dias úteis da publicação do resultado final, através do site www.fuabc.org.br;

8 - DO CONTRATO

8.1 - O participante vencedor deverá comparecer à sede da CONTRATANTE, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da convocação feita pelo departamento competente para esse fim, apto para assinatura do respectivo Contrato, sob pena de não o fazendo, ficar a mesma impossibilitada de participar de futuras Coletas de Preços da CONTRATANTE;

8.2 - O presente Ato Convocatório, inclusive seus anexos, integrará o contrato que vier a ser firmado com a empresa vencedora da Coleta de Preços;

8.3 - Fica desde já eleito o foro da Comarca de São Paulo/SP para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Coleta de Preços e do contrato que em decorrência dela vier a ser firmado.

9 - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

9.1 - Os serviços serão iniciados pela CONTRATADA somente após a assinatura do Contrato em prazo fixado para início e término;

9.2 - A CONTRATANTE fiscalizará obrigatoriamente a execução do contrato, a fim de verificar se no seu desenvolvimento estão sendo observadas as especificações e demais requisitos nele previstos, reservando-se o direito de rejeitar os serviços que, a seu critério, não forem considerados satisfatórios;

9.3 - A fiscalização por parte da CONTRATANTE não eximirá a CONTRATADA das responsabilidades previstas no Código Civil e dos danos que vier a causar a CONTRATANTE ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus funcionários ou de seus prepostos na execução do Contrato;

9.4 - A CONTRATADA deverá adotar medidas, precauções e cuidados tendentes a evitar danos materiais e pessoais a seus funcionários, a seus prepostos e a terceiros, pelos quais será inteira responsável;

9.5 - Durante a execução do contrato a CONTRATADA será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e seguros decorrentes e todas aquelas necessárias à prestação dos serviços objeto da presente Coleta de preços.

10 - DAS PENALIDADES

10.1 – As penalidades serão propostas pela fiscalização da CONTRATANTE e aplicadas, se for o caso, pela autoridade competente, garantindo o contraditório administrativo com defesa prévia;

10.2 – Multa de 10% (dez por cento) por inexecução parcial do contrato, sobre a parcela inexecutada, podendo, a CONTRATANTE, autorizar a continuação do mesmo;

10.3 – Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, por inexecução total do mesmo;

10.4 – Multa de 10% (dez por cento) do valor do faturamento do mês em que ocorrer a infração, se o serviço prestado estiver em desacordo com as especificações propostas e aceitas pela CONTRATANTE;

10.5. – Multa de 1% (um por cento) por dia de atraso no cumprimento dos prazos estipulados em contrato;

10.7 – As multas são independentes entre si, podendo ser aplicadas cumulativamente. A aplicação de uma não exclui a das outras, bem como a das demais penalidades previstas em lei;

10.8 – O valor relativo, às multas eventualmente aplicadas, será deduzido de pagamentos que a CONTRATANTE efetuar, mediante a emissão de recibo.

11 - DOS PAGAMENTOS

11.1 - A Fundação do ABC - Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário compromete-se a pagar o preço irrevogável constante da proposta da CONTRATADA, observadas as seguintes condições:

11.1.1 - 6.8 - O pagamento será efetuado até o 10 (décimo) dia do mês subsequente, mediante a Nota Fiscal a ser apresentada até o dia 30 (trinta) do mês correspondente;

11.1.2 – A CONTRATANTE poderá exigir no ato da apresentação da nota fiscal, a certidão de regularidade fiscal de débitos Federais, Estaduais e Municipais, assim como a Certidão de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

11.1.2 - As notas fiscais referentes aos serviços prestados dependem de entrega antecipada para que a CONTRATANTE possa proceder com as análises devidas e o subsequente pagamento dos valores conforme contrato a ser celebrado entre as partes;

11.1.3 - A CONTRATADA, ao emitir a nota fiscal, deverá preencher com as seguintes informações: **Órgão Contratante:** Secretaria de Estado de Saúde do Estado de São Paulo; **Entidade Contratada:** Fundação do ABC – Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário; **Contrato de Gestão nº 1871976/2019.**

11.1.4 - A CONTRATANTE realizará a retenção dos impostos incidentes sobre a presente contratação, conforme determina à Instrução Normativa nº 2.145 de 26 de junho de 2023 da Receita Federal do Brasil;

11.1.5 - Qualquer intercorrência havida entre os 30 (trinta) dias do mês será averbada no mês subsequente;

11.1.6 - No caso de eventuais atrasos, os valores serão atualizados de acordo com a legislação vigente;

12 - DA VIGÊNCIA

12.1 - O contrato será firmado pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo a critério da CONTRATANTE, mediante interesse da CONTRATADA, ser prorrogado através de termo de aditamento, desde que respeitado o prazo limite disposto pelo Regulamento de Compras da CONTRATANTE bem como o contrato de gestão firmado com a Secretaria de Saúde do Governo do Estado de São Paulo.

12 - DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 - Os participantes poderão solicitar esclarecimentos e sanar eventuais dúvidas técnicas através do e-mail: rute.nunes@chspsp.org.br, ou pelo telefone: (11) 3581-3726, no horário das 09h00min às 15h00min. Caso tenha interesse em realizar a visita, deverá ser agendada com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência através desse mesmo contato.

12.2 - Encontram-se em anexo ao presente Ato Convocatório:

ANEXO I - Termo de Referência - **impressão não necessária**

ANEXO II – Modelo da Proposta

ANEXO III – Minuta do Contratual - **impressão não necessária**

ANEXO IV – Declaração de Prática de Trabalho

ANEXO V – Declaração de Responsabilidade Trabalhista

ANEXO VI – Termos e Declarações

ANEXO VII – Termo de Confidencialidade

ANEXO VIII - Declaração de Inexistência de Vínculo - **logotipo da empresa**

ANEXO IX - Declaração se Anticorrupção - **logotipo da empresa**

ANEXO X - Declaração de Aceitação do Regulamento de Compras e Contratação da Fundação do ABC - **logotipo da empresa**

ANEXO XI - Termo de Tratamento de Dados Pessoais

ANEXO XII – Declaração de Cumprimento Ao Código de Conduta Ética -
Fornecedor

ANEXO XIII - Questionário *De Due Diligence* de Compliance de Fornecedores

São Paulo, 13 de fevereiro de 2025.

ROGÉRIO ANHON BIGAS

DIRETOR GERAL

FUNDAÇÃO DO ABC - CENTRO HOSPITALAR DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. Do Objeto

- Contratação de empresa especializada em locação de veículo automotor, sem condutor, para a Fundação do ABC - Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário.

2. Da Justificativa

2.1 - A locação de veículo justifica-se para atendimento da unidade da Fundação do ABC, em razão das demandas e serviços listados abaixo:

2.1.1 - Deslocamento de colaboradores entre o metrô Carandiru (em rua localizada atrás da saída) e o nosocômio;

2.1.1 - Embora se trate de curto trajeto a ser percorrido diariamente com o veículo objeto da presente carta convite, a contratação em questão é necessária para facilitar o acesso dos colaboradores ao Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário, por se tratar de rua pavimentada, mas sem possibilidade de uso das calçadas e tampouco de fácil acesso, de modo a evitar acidentes de percurso e proporcionar melhoria do desempenho das atividades operacionais da Fundação do ABC - Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário.

2.2 - A Fundação do ABC - Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário, atualmente, dispõe de força de trabalho suficiente na categoria Motorista (com CNH categoria "D") que viabiliza o atendimento a contento da demanda para cumprimento das atividades inerentes ao serviço de transporte, desde que possua meio de locomoção para seus colaboradores.

3. Das Especificações Técnicas

3.1 - O veículo deverá ser de propriedade da CONTRATADA, estilo "van" com, no máximo, 03 (três) anos de fabricação ou 160.000 (cento e sessenta mil quilômetros) - o que ocorrer primeiro, câmbio mecânico, com capacidade mínima para 15 (quinze) passageiros sentados além do motorista, com sistema de travamento de portas, ar-condicionado, bancos equipados com cintos de segurança. Poderá ser movido a gasolina, etanol ou diesel. Deverá apresentar ar-condicionado, direção hidráulica, freios ABS, *Airbag*, e conter todos os acessórios obrigatórios exigidos pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, além de estribo, este último item a ser utilizado em situações de passageiro deficiente físico ou com dificuldade de locomoção.

3.2 - O referido veículo deverá ser de livre quilometragem para uso da

CONTRATANTE, que o utilizará para transporte de seus colaboradores em condições seguras durante o horário indicado pelo Departamento de Recursos Humanos.

3.3 - Observa-se que os serviços executados pelos condutores da CONTRATANTE terão como pontos de chegada e partida os endereços abaixo: Local de saída/ Destino: “Estação Carandiru (Metrô)”, localizada na Avenida Cruzeiro do Sul, ao lado da estação, Carandiru - São Paulo/SP; Destino/ Local de Saída: FUABC - Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário, localizado na Rua Dom José Maurício, nº 15, Carandiru - São Paulo/SP.

3.4 - A CONTRATADA deverá observar o Anexo I - Grupo IV da IN 03 de 15 de maio de 2008, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão - SLIT/MPOG.

Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008				
ANEXO I - Tabela de classificação, utilização e caracterização dos veículos oficiais				
Grupo	Utilização	Características		Usuário
IV - Veículos de serviços comuns	No transporte de pessoal a serviço	Transporte coletivo	[...] van - capacidade e motorização compatíveis com o serviço	Servidores por necessidade do serviço

(*) Material extraído e adaptado (grifos nossos) da Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008, que dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências.

4. Das Obrigações da Empresa Vencedora

4.1 - A CONTRATADA deverá disponibilizar, com exclusividade, o veículo com base nas características descritas.

4.2 - Assumir integral responsabilidade pela qualidade do veículo fornecido, não se admitindo, sob nenhum pretexto, que sejam atribuídos a empresas subcontratadas ou a fabricantes os ônus de qualquer problema que porventura venha a ocorrer.

4.3 - Substituir o veículo que apresentar alteração, deterioração, imperfeição, ou quaisquer outros vícios, ainda que constatados após o seu recebimento, desde que de acordo com a legislação em vigor.

4.4 - Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar diretamente a FUABC-CHSP ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

4.5 - Deverá ainda se responsabilizar pelas despesas de conserto, substituição de peças (por desgaste natural do uso), revisões, correções, ajustes, e demais valores relativos à locação, isentando a CONTRATANTE de quaisquer ônus relativos à mão

de obra, fretes e taxas, salvo se comprovado através de laudo técnico que a CONTRATANTE deu causa por uso indevido (negligência, imperícia ou imprudência).

4.6 - A manutenção preventiva será por conta da CONTRATADA, devendo comunicar antecipadamente a CONTRATANTE e proceder imediatamente a substituição do veículo por um reserva, desde que siga modelo “van” e acompanhe documentação atualizada.

4.7 - O prazo limite de 02 (dois) dias para a substituição do veículo “volante” (assim denominado aquele que substituir o contratado enquanto perdurar a manutenção preventiva) poderá ser prorrogado a critério da FUABC-CHSP, desde que, para tanto, a empresa vencedora ofereça justificativa pertinente e que não ofereça riscos ao planejamento da Instituição, caso contrário a FUABC-CHSP se reserva no direito de proceder à notificação e consequente abatimento de valores.

4.8 - Observar a necessidade de: reparar ou substituir peças ou mesmo o veículo, no caso de acusar defeito de fabricação ou funcionamento; bem como manter assistência técnica, partes e peças de reposição, após a descontinuidade de fabricação.

4.9 - Responder todas as indagações da Diretoria Geral da Fundação do ABC - Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário, ou a quem esta determinar, referente ao objeto do presente.

4.10 - A empresa vencedora deverá adotar todas as medidas de segurança necessárias, dentro das exigências legais.

4.11 - Deverá observar todas as normas impostas pelas autoridades públicas e aplicáveis ao objeto do presente.

4.12 - Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas todas as condições que culminaram na sua classificação como vencedora.

4.13 - Responsabilizar-se integralmente pelos préstimos, nos termos da legislação vigente, principalmente no tocante aos artigos obrigatórios e características do veículo que venham a ser exigidos por lei.

4.14 - Prestar os esclarecimentos desejados, bem como comunicar a Fundação do ABC - Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário, por meio de preposto, quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final.

4.15 - A CONTRATADA, a partir da comunicação expressa da CONTRATANTE, quanto a eventual falha, vício ou dano a que esta última não tenha dado causa, terá que realizar imediata substituição por outro veículo em iguais condições de uso, a partir da comunicação do fato por escrito ou da constatação do problema por profissional técnico da CONTRATADA.

4.16 - Garantir a execução plena do objeto deste sem qualquer interrupção, independente de eventuais necessidades de adaptação, desde o aceite.

4.17 - A empresa vencedora deverá indicar um profissional responsável pelo atendimento à Fundação do ABC - Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário em

todos os assuntos pertinentes à entrega do veículo, o qual executará o papel de preposto.

4.18 - Realizar troca de óleo em oficina própria ou indicada, sem que para tanto haja qualquer gasto para a CONTRATANTE.

4.19 - Deverá informar imediatamente eventual alteração, supressão de agenda, remarcações ou qualquer evento que interrompa ou altere o fluxo.

4.20 - Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte dos servidores indicados pela Fundação do ABC - Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário para acompanhamento da execução, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

4.21 - Manter a atualização de documentos de controle de arrecadação de tributos e contribuições.

4.22 - O combustível será por conta da CONTRATANTE, entretanto, caberá à CONTRATADA realizar a entrega do veículo com combustível em quantidade suficiente para abastecimento inicial (inclusive será avaliada a quantidade na entrega e recebimento do veículo quando este for para manutenção preventiva da CONTRATADA).

4.23 - Em caso de avaria mecânica, acidente de trânsito ou por quaisquer outras razões, a CONTRATADA deverá disponibilizar estrutura de suporte e atendimento mecânico, bem como efetuar a troca do veículo no prazo máximo de 02 horas (em horário comercial) e de até 12 (doze) horas (após horário comercial), a partir da notificação feita pela Administração.

4.24 - Disponibilizar o veículo em caráter permanente na ocasião da assinatura do contrato, devendo, na mesma oportunidade, apresentar cópia dos documentos do veículo, devendo ser atualizados os dados junto a CONTRATANTE sempre que houver substituição de veículo.

4.25 - Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste termo de referência, devendo orientar os empregados nesse sentido.

4.26 – Permitir-se, a qualquer tempo e em horário a ser acordado, a realização de inspeção no veículo colocado à disposição da FUABC-CHSP, com a finalidade de verificar as condições de conservação, manutenção, segurança e limpeza.

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA (*)

À Fundação do ABC - Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário

Ref.: Proposta - Processo nº 0034/2025

Razão Social:

CNPJ nº

Endereço:

Telefone:

E-mail:

Descrição	Valor Mensal (R\$)	Valor Anual (R\$)
Locação de Veículo Automotor Marca: Modelo: Cor: Ano: Placa:	R\$ _____ (por extenso)	R\$ _____ (por extenso)

Declaro para os devidos fins que estão inclusas no valor todas as despesas com tributos e encargos e, ainda, os gastos com documentação veicular e demais explicitados no Ato Convocatório nº 007/2023.

- Validade da Proposta: 30 (trinta) dias.

São Paulo, ____ de ____ de ____.

Representante Legal

(*) A proposta deverá estar em papel timbrado da empresa prestadora de serviços e seguir conforme exigido.

ANEXO III – MINUTA CONTRATUAL - CONTRATO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULO

EMENTA: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR SEM MOTORISTA PARA A FUNDAÇÃO DO ABC - CENTRO HOSPITALAR DO SISTEMA PENITENCIÁRIO.

CONTRATADA: _____

Por este instrumento, as partes, de um lado, a **FUNDAÇÃO DO ABC - CENTRO HOSPITALAR DO SISTEMA PENITENCIÁRIO**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 57.571.275/0019-21, estabelecido na Rua Dom José Maurício nº 15, Carandiru - São Paulo/SP, neste ato representada por seu Diretor Geral, Rogério Anhon Bigas, brasileiro, administrador, portador da cédula de identidade tipo RG sob nº 18.029.241, inscrito no CPF/MF sob o nº 103.681.688-59, doravante denominado simplesmente “CONTRATANTE”, e, de outro, a **empresa (razão ou denominação social)**, com sede na (endereço completo), inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº (CNPJ/MF), neste ato representada por (nome completo), (nacionalidade), (estado civil), (cargo), portador de cédula de identidade tipo RG sob nº (RG), inscrito no CPF/MF sob o nº (CPF), doravante denominada simplesmente “CONTRATADA”, tendo em vista o constante e decidido no processo nº 0034/2025, têm como justo e acordado o que se segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E

1.1 - A CONTRATADA obriga-se perante a CONTRATANTE a ceder em locação veículo automotor, em quantidade de 1 (um), sem condutor, conforme solicitação bem como proposta da CONTRATADA a fim para atender às necessidades da Fundação do ABC - Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário, dentro das especificações presentes no Ato Convocatório, termo de referência e seus anexos os quais para todos os efeitos fazem parte integrante desta avença.

CLÁUSULA SEGUNDA – CARACTERISTICA DO VEÍCULO

2.1 - O veículo em referência deverá apresentar as seguintes características:

2.1.1 - O veículo deverá ser de propriedade da CONTRATADA, estilo “van” com, no máximo, 03 (três) anos de fabricação ou 160.000 (cento e sessenta mil quilômetros) - o que ocorrer primeiro, câmbio mecânico, com capacidade mínima para 15 (quinze) passageiros sentados além do motorista, com sistema de travamento de portas, ar-

condicionado, bancos equipados com cintos de segurança. Poderá ser movido a gasolina, etanol ou diesel. Deverá apresentar ar-condicionado, direção hidráulica, freios ABS, *Airbag*, e conter todos os acessórios obrigatórios exigidos pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, além de estribo, este último item a ser utilizado em situações de passageiro deficiente físico ou com dificuldade de locomoção;

2.1.2 - O referido veículo deverá ser de livre quilometragem para uso da CONTRATANTE, que o utilizará para transporte de seus colaboradores em condições seguras durante o horário indicado pelo Departamento de Recursos Humanos;

2.1.3 - Observa-se que os serviços executados pelos condutores da CONTRATANTE terão como pontos de chegada e partida os endereços abaixo: Local de saída/Destino: Estação Carandiru (Metrô)", localizada na Avenida Cruzeiro do Sul, ao lado da estação, Carandiru - São Paulo/SP; Destino/ Local de Saída: FUABC - Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário, localizado na Rua Dom José Maurício, nº 15, Carandiru - São Paulo/SP;

2.1.4 - A CONTRATADA deverá observar o Anexo I - Grupo IV da IN 03 de 15 de maio de 2008, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão - SLIT/MPOG;

2.1.5 - O veículo em referência deve ser de propriedade da CONTRATADA, assim permanecendo ao longo do presente contrato;

2.1.6 - Trata-se de locação de veículo para transporte de livre quilometragem, vez que a CONTRATANTE se incumbirá dos pagamentos relativos ao combustível gasto, para seu uso exclusivo, tendo em vista o transporte de seus colaboradores.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

3.1 - Os direitos e obrigações atribuídas a CONTRATANTE neste contrato não poderão ser transferidos ou cedidos a terceiros;

3.2 - A CONTRATADA compromete-se a manter confidenciais todos e quaisquer dados e informações a que tenha acesso em razão deste Contrato, durante e após o término do mesmo, sob ônus, no decorrer deste, de rescisão contratual sumária, de maneira que a CONTRATADA não revelará nem transmitirá de forma alguma quaisquer dados ou informações sem o prévio consentimento da CONTRATANTE;

3.3 - Quaisquer modificações e acréscimos não previstos pertinentes ao objeto contratado somente poderão ser executados após o respectivo aditamento contratual, devidamente aprovado pela Diretoria Geral da CONTRATANTE e somente poderão ser realizadas através de termo aditivo;

3.4 - Os serviços de manutenção preventiva deverão estar embutidos no valor mensal e serão executados por mão de obra qualificada e em conformidade com as normas técnicas correspondentes;

3.5. Em caso de avaria mecânica, acidente de trânsito ou por quaisquer outras razões, a CONTRATADA deverá disponibilizar estrutura de suporte e atendimento mecânico, bem como efetuar a troca do veículo no prazo máximo de 02 horas (em horário comercial) e de até 12 (doze) horas (após horário comercial), a partir da notificação feita pela Administração;

3.6 - O prazo limite de 02 (dois) dias para a substituição do veículo “volante” (assim denominado aquele que substituir o contratado enquanto perdurar a manutenção preventiva) poderá ser prorrogado a critério da CONTRATANTE, desde que, para tanto, a empresa vencedora ofereça justificativa pertinente e que não ofereça riscos ao planejamento da Instituição, caso contrário a CONTRATANTE se reserva no direito de proceder à notificação e consequente abatimento de valores.

3.7 - O veículo deverá ser entregue acompanhado de documentação técnica, quais sejam: manuais e eventuais laudos emitidos, incluindo a apólice de seguro, licenciamento, IPVA, quitados pela CONTRATADA;

3.8 - Em caso de troca de veículo, deverá a CONTRATADA, obrigatoriamente, atualizar os documentos junto à CONTRATANTE;

3.9 - O veículo será vistoriado diariamente, para que sejam verificadas as condições de conservação e limpeza, pelo Gestor do Contrato, ou por colaborador por ele designado;

3.10 - O veículo deverá ser de propriedade da empresa CONTRATADA, devendo ser comprovado na assinatura do contrato, não se admitindo a subcontratação;

3.11 - Os veículos (aqui considerado também o veículo “volante”) deverão manter as características e cor padrão de fábrica, não sendo permitido o uso de qualquer letreiro, marca ou logomarca que identifique a empresa CONTRATADA;

3.12 - A empresa deverá relacionar o veículo de sua propriedade, que servirá como substituto, de modo a informar: modelo, ano de fabricação, cor e nº da placa e do Registro Nacional de Veículos Automotores – RENAVAM;

3.13 - Ao longo de todo o pacto contratual o veículo ficará estacionado na unidade da CONTRATANTE, situada na Rua Dom José Maurício, nº 15 - Carandiru, São Paulo/SP (fundos da unidade), não podendo ser recolhido para as dependências da CONTRATADA, salvo em casos fortuitos em que não seja possível o pernoite do veículo na garagem da CONTRATANTE. Nestes casos ficará sob a responsabilidade da CONTRATADA, mediante autorização expressa do Gestor do Contrato e

declaração da CONTRATADA de que assume total responsabilidade sobre eventuais danos causados aos veículos no período de permanência;

3.14 - A adjudicação ocorrerá de maneira exclusiva, em todos os dias da semana, inclusive nos sábados e domingos;

3.15 - O veículo estará sujeito à verificação quanto a: conferência, inspeção, teste ou análise, a ser realizada por responsável da CONTRATANTE, de acordo com as normas vigentes;

3.16 - Ocorrendo reprovação, a CONTRATANTE se reserva no direito de devolver o veículo reprovado, ficando por conta da CONTRATADA todas as despesas daí decorrentes e imediata reposição.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1 - Além das obrigações assumidas neste contrato, a empresa CONTRATADA incumbe-se:

4.1.1 - Fica a CONTRATADA obrigada a ceder em locação o veículo automotor conforme exigido, a qual deverá estar em perfeitas condições de uso e de segurança;

4.1.2 - Arcar com todas as despesas de entrega, impostos e taxas, decorrentes da locação e outras que eventualmente venham a recair sobre o objetivo do presente e manter os documentos de controle de arrecadação de tributos e contribuições atualizados;

4.1.3 - Responder a todas as indagações das Diretorias Geral da CONTRATANTE, ou a quem estes determinarem, referentes à locação do veículo, bem como atender todas as exigências contratuais;

4.1.4 - Deverá observar todas as normas impostas pelas autoridades públicas e aplicáveis a realização da locação, bem como respeitar as normas de segurança da CONTRATANTE, sendo que a afronta por parte da CONTRATADA às normas internas da CONTRATANTE poderá ensejar na rescisão imediata do contrato de locação;

4.1.5 - A CONTRATADA, a partir da comunicação expressa da CONTRATANTE, quanto a eventual falha, vício ou dano a que não tenha dado causa, terá que realizar imediata substituição por outro veículo automotor, em iguais condições de uso, a partir da comunicação do fato por escrito ou da constatação do problema por profissional técnico da CONTRATADA.

4.1.6 - Assim que finda a manutenção corretiva e desde que o veículo esteja em perfeitas condições de uso a CONTRATADA poderá realizar nova substituição para a reposição do veículo.

4.1.7 - Substituir o veículo que apresentar alteração, deterioração, imperfeição, ou quaisquer outros vícios, ainda que constatados após o seu recebimento, desde que de acordo com a legislação em vigor.

4.1.8 - Deverá manter em sua unidade, aparelho telefônico e/ou móvel, a fim de que sejam comunicadas quaisquer ocorrências para substituição do(s) equipamento(s) ou para correção de falhas.

4.1.9 - Deverá ainda se responsabilizar pelas despesas de conserto, substituição de peças, revisões, correções, ajustes, e demais valores relativos à locação do veículo, com assistência veicular permanente isentando a CONTRATANTE de quaisquer ônus relativos à mão de obra, fretes e taxas, salvo se comprovado através de laudo técnico que a CONTRATANTE deu causa por uso indevido (negligência, imperícia ou imprudência).

4.1.10 - Acompanhar a entrega do veículo, através de supervisão técnica.

4.1.11 - A empresa CONTRATADA fará uma vistoria semestral no veículo, durante a vigência do contrato, a título de manutenção preventiva e, caso haja algum componente que dependa de substituição deverá fazê-lo sem custo para a CONTRATANTE.

4.1.12 - O veículo automotor, objeto deste contrato estará coberto por apólice de seguro, de responsabilidade da CONTRATADA, que deverá ser apresentada anualmente e em tempo, para que o objeto do presente permaneça coberto durante o período em que perdurar o contrato firmado.

4.1.13 - Assumir integral responsabilidade pela qualidade do veículo fornecido, não se admitindo, sob nenhum pretexto, que sejam atribuídos a empresas subcontratadas ou a fabricantes os ônus de qualquer problema que porventura venha a ocorrer.

4.1.14 - Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar diretamente a CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

4.1.15 - A manutenção preventiva será por conta da CONTRATADA, devendo comunicar antecipadamente a CONTRATANTE e proceder imediatamente a substituição do veículo por um reserva, desde que siga modelo “van” e acompanhe documentação em dia.

4.1.16 - Observar necessidade de: reparar ou substituir peças ou mesmo o veículo, no caso de acusar defeito de fabricação ou funcionamento; manter assistência técnica, partes e peças de reposição, após a descontinuidade de fabricação.

4.1.17 - Responsabilizar-se integralmente pela locação, nos termos da legislação vigente, principalmente no tocante aos artigos obrigatórios e características do veículo que venham a ser exigidos por lei.

4.1.18 - Prestar os esclarecimentos desejados, bem como comunicar a CONTRATANTE, por meio de preposto, quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final.

4.1.19 - Responsabilizar-se pelo cumprimento dos prazos acordados, mesmo na ocorrência de paralisação dos serviços, por parte dos funcionários da empresa vencedora, sem que isso acarrete quaisquer ônus adicionais à CONTRATANTE.

4.1.20 - Deverá garantir a execução plena do objeto deste sem qualquer interrupção, independente de eventuais necessidades de adaptação, desde o aceite.

4.1.21 - A empresa vencedora deverá indicar um profissional responsável pelo atendimento à CONTRATANTE em todos os assuntos pertinentes à entrega do veículo, o qual executará o papel de preposto.

4.1.22 - Realizar troca de óleo em oficina própria ou indicada, além de pneus e demais peças devido a desgaste habitual e/ou que se fizerem necessárias em virtude do tempo ou de quilometragem completada, sem que para tanto haja qualquer gasto para a CONTRATANTE.

4.1.23 - Deverá informar imediatamente eventual alteração, supressão de agenda, remarcações ou qualquer evento que interrompa ou altere o fluxo.

4.1.24 - Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte dos servidores indicados pela CONTRATANTE para acompanhamento da execução, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

4.1.25 - O combustível será por conta da CONTRATANTE, entretanto, caberá à CONTRATADA realizar a entrega do veículo com combustível em quantidade suficiente para abastecimento inicial (inclusive será avaliada a quantidade na entrega e recebimento do veículo quando este for para manutenção preventiva da CONTRATADA).

4.1.26 - A CONTRATADA deverá apresentar as documentações insertas no Ato Convocatório a que se refere o presente.

4.1.27 - Em caso de avaria mecânica, acidente de trânsito ou por quaisquer outras razões, a CONTRATADA deverá disponibilizar estrutura de suporte e atendimento mecânico, bem como efetuar a troca do veículo no prazo previsto no 4.1.16, a partir da notificação feita pela Administração.

4.1.28 - Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar

conhecimento em razão da execução do objeto deste termo de referência, devendo orientar os empregados nesse sentido.

4.1.29 – Permite-se a realização de inspeção no veículo colocado à disposição da CONTRATANTE, com a finalidade de verificar as condições de conservação, manutenção, segurança e limpeza.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1 - A CONTRATANTE compromete-se a:

5.1.1 - Promover os pagamentos avençados neste instrumento das condições e prazos especificados e ora acordados;

5.1.2 - Exercer a fiscalização dos serviços prestados através de funcionários especialmente designados;

5.1.3 - Comunicar por escrito ou por telefone imediatamente à CONTRATADA, qualquer problema que venha a ser constatado na prestação de serviços;

5.1.4. Em caso de a empresa vencedora promover atrasos no cumprimento de suas obrigações além do limite estabelecido caberá a Fundação do ABC - Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário realizar comunicação oficial.

5.1.5 - Instruir seus colaboradores para utilizar o veículo, os equipamentos e acessórios, zelando por sua conservação.

5.1.6 - Permitir que técnicos habilitados e prepostos da CONTRATADA examinem o veículo e seu eventual veículo volante, a fim de verificar a observância das normas de utilização, desde que haja autorização antecipada e não coincida com o horário do transporte.

5.1.7 - O veículo deverá ser utilizado dentro das normas para o seu bom funcionamento; em caso de mau funcionamento, ou qualquer outro fato que não se revele normal deverá imediatamente interromper seu uso e proceder ao comunicado a CONTRATADA.

5.1.8 - Compromete-se a não destruir ou danificar o veículo, bem como comunicar à CONTRATADA sobre qualquer ato de terceiro que venha a perturbar ou restringir a posse, por qualquer forma.

5.1.9 - Compromete-se ainda a manter a guarda do veículo e de seus acessórios de forma a devolvê-los ao final do contrato, nas mesmas condições e conservação em que se encontravam quando do início deste, ressalvadas as condições de desgastes naturais.

5.1.10 - Não alienar, ceder, sublocar o objeto deste contrato ou os direitos decorrentes do presente contrato, nem de qualquer forma permitir que os equipamentos entrem na posse de terceiros não autorizados.

5.1.11 - Poderá ocorrer inspeção do veículo, desde que previamente agendada e autorizada pela CONTRATANTE.

5.1.12 - Zelar para que o veículo automotor em referência e seus acessórios somente sejam manuseados por pessoal devidamente habilitado, através de treinamento operacional, sob pena de responder pela má ou inadequada utilização.

5.1.13 - A CONTRATANTE se responsabilizará por eventuais multas de trânsito aplicadas no período em que estiver na posse do veículo, desde que tenham relação com a atuação do profissional condutor, devendo indicar o condutor no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

5.1.14 - A CONTRATANTE deverá disponibilizar local adequado e seguro para estacionamento do veículo.

5.1.15 - Comprovar e relatar, por escrito, eventuais irregularidades.

5.1.16 - Manter escala atualizada, bem como ordens de serviço, a fim de verificar os condutores nos horários e dias.

5.1.17 - Fiscalizar em todos os aspectos pertinentes ao objeto ajustado, inclusive reservando o direito de resolução de quaisquer casos omissos ou duvidosos, não previstos no processo, implicando no direito de rejeitar veículo ou suas manutenções quando se revelarem insatisfatórios, intimando a execução das devidas modificações quando for o caso.

5.1.18 - Situações como furos nos pneus e avarias no veículo correm por conta da CONTRATANTE, de modo que a franquia do seguro ficará por sua conta.

5.1.19 - Em caso da empresa vencedora promover atrasos no cumprimento de suas obrigações além do limite estabelecido caberá a CONTRATANTE realizar comunicação oficial.

5.1.20 - Em todas as vezes em que houver manutenção por parte da CONTRATADA caberá à CONTRATANTE apresentar profissional devidamente capacitado para acompanhar a entrega, a quem será reportada toda e qualquer operação e que ficará a cargo de fiscalizar o presente.

5.1.21 - Comunicar por escrito ou por telefone imediatamente a CONTRATADA, qualquer problema que venha a ser constatado.

5.1.22 - O veículo passará por inspeção da CONTRATANTE, de modo que não poderá apresentar estrutura danificada ao momento da entrega.

5.1.23 - Os condutores do veículo no que concerne aos salários e encargos sociais, enquanto perdurar o contrato de locação, serão de responsabilidade única da CONTRATANTE.

5.1.24 - A condução do veículo deverá ser executada por profissionais que possuam habilitação nesse sentido, na categoria "D".

5.2 - DA FISCALIZAÇÃO

5.2.1 - A FISCALIZAÇÃO será exercida pela CONTRATANTE, a qual comunicará expressamente à CONTRATADA, designando-se os seguintes funcionários para tanto: **(nome e RE)**, primeiro fiscal; **(nome e RE)**, segundo fiscal; **(nome e RE)**, terceiro fiscal;

5.2.2. Poderá a CONTRATANTE a qualquer tempo substituir ou designar outros para fiscalização dos serviços da CONTRATADA;

5.2.3 - A execução do Contrato será fiscalizada em todos os aspectos pertinentes ao objeto ajustado, inclusive reservando o direito de resolução de quaisquer casos omissos ou duvidosos, não previstos no processo ou neste contrato, implicando no direito de rejeitar os serviços insatisfatórios intimando a execução das devidas modificações quando for o caso.

CLÁUSULA SEXTA - DOS PREÇOS E DOS PAGAMENTOS

6.1 - Por força deste instrumento, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor mensal de R\$_____ (_____), pela locação do veículo automotor, tipo VAN e sem motorista, que totalizam para o período de 12 (doze) meses o importe de R\$_____ (_____);

6.2 - As despesas com a execução deste contrato correrão por conta dos recursos da Fundação do ABC - Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário.

6.3 - O preço ajustado ainda inclui todas as despesas com insumos, equipamentos, uniformes, transporte, manutenção dos equipamentos, englobando também os ônus e os encargos trabalhistas e previdenciários e taxas correspondentes e eventuais despesas incidentes;

6.4 - A Fundação do ABC - Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário se compromete em pagar o preço irrevogável constante da proposta da CONTRATADA, observadas as seguintes condições:

6.5 - No caso de eventual atraso, efetivamente motivado pela CONTRATANTE, o valor será atualizado de acordo com a legislação vigente;

6.6 - Está excluído o atraso motivado pela CONTRATADA, independentemente de eventual prorrogação autorizada pela CONTRATANTE;

6.7 - Em nenhuma hipótese serão aceitos títulos via cobrança bancária.

6.8 - O pagamento será efetuado até o 10 (décimo) dia do mês subsequente, mediante a Nota Fiscal a ser apresentada até o dia 30 (trinta) do mês correspondente;

6.9 – O pagamento do aventado estará condicionado a apresentação de Nota Fiscal, ou outro documento autorizado pelo Município, devendo para tanto a CONTRATADA discriminar os impostos incidentes na prestação de serviço;

6.10 - A CONTRATANTE realizará a retenção dos impostos incidentes sobre a presente contratação, conforme determina à Instrução Normativa nº 2.145 de 26 de junho de 2023 da Receita Federal do Brasil;

6.11 – Não havendo a incidência de impostos nos serviços prestados, conforme previsto no item anterior, a CONTRATADA deverá apresentar justificativa fundamentada, cuja documentação deverá acompanhar a Nota Fiscal mês a mês;

6.12 - A CONTRATANTE se compromete a pagar o preço irrevogável constante da proposta da CONTRATADA, observadas as seguintes condições:

6.12.1 - A Unidade competente da FUABC - Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário poderá exigir, no ato do pagamento, a comprovação da Regularidade Fiscal perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal envolvidas, e de regularidade de recolhimento de contribuições previdenciárias, perante o INSS e do FGTS, perante a Caixa Econômica Federal, que somente serão aceitos dentro do prazo de validade neles assinalados, assim como comprovante de quitação do IPVA e licenciamento;

6.13 - A empresa a ser contratada, neste ato, declara estar ciente de que os recursos utilizados para o pagamento dos serviços ora contratados serão aqueles repassados pela Secretária do Estado de Saúde, em razão do Contrato de Gestão (Processo nº 1871976/2019), firmado entre a CONTRATANTE e a Secretária do Estado de Saúde, para gestão do Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário;

6.114 - A CONTRATANTE compromete-se em pagar o preço irrevogável constante da proposta da CONTRATADA, desde que não ocorram atrasos e/ou paralisação dos repasses pela Secretária do Estado de Saúde para a CONTRATANTE, relativo ao custeio do objeto do Contrato de Gestão (processo nº 1871976/2019);

6.15 - A contratada está ciente que no caso de eventuais atrasos, os valores serão atualizados de acordo com a legislação vigente, salvo quando não decorram de atrasos

e/ou paralisação dos repasses pelo Secretária do Estado de Saúde para a CONTRATANTE, em consonância com o disposto nas condições elencadas acima deste presente certame.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REGIME DE PREÇOS

7.1 - Este contrato será executado sob o regime de preço fixo e irrevogável, pelo período de 12 (doze) meses;

7.2 - A CONTRATANTE não assumirá responsabilidade por pagamento de impostos e encargos que competirem a CONTRATADA, nem estará obrigada a restituir-lhe valores, principais e acessórios, que porventura despende com pagamento dessa natureza;

7.3 - Ultrapassados os 12 (doze) meses, mediante o requerimento expresso da CONTRATADA, poderá haver reajustamento de preços, desde que, a CONTRATANTE se manifeste em favor da renovação do Contrato;

7.4 - Eventual reajuste deverá ser precedido de solicitação por escrito da CONTRATADA, acompanhado de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio da apresentação dos cálculos para apreciação e conferência da CONTRATANTE;

7.5 - Acaso a CONTRATANTE aceite a renovação contratual quando ultrapassado os 12 (doze) meses, poderá a CONTRATADA obter o reajuste, conforme previsto na cláusula anterior. De modo que a base para o reajuste será o índice anual autorizado pelo Governo do Estado de São Paulo, ou índice que o substitua em seu conteúdo, na falta ou demora em sua publicação;

7.6 - Na hipótese de suspensão, extinção e/ou vedação do índice de reajuste eleito, fica estabelecida a possibilidade de substituição por índice que for divulgado publicamente como substitutivo, ou ainda, na hipótese de não determinação deste e não havendo imposição por parte do Governo Federal, as partes poderão optar por outro índice eleito e que reflita na variação dos custos da CONTRATADA no período;

7.7 - Dada a característica peculiar desta contratação inclusive em decorrência do longo prazo, deve ser preservada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro. Nesse sentido, se durante a vigência deste contrato, venham a ocorrer fatos que, pela sua natureza, afetem o cumprimento das obrigações pelas partes ou os seus direitos decorrentes, a ponto de criar rigor injusto para qualquer uma delas ou não avaliável à época

da assinatura deste contrato, as partes, de comum acordo, negociarão a alteração do contrato de forma a restara-lhe o equilíbrio;

7.8 – Para que a CONTRATADA denuncie a cláusula anterior, deverá apresentar justificativa plausível e com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, a fim de que a CONTRATANTE possa realizar a avaliação.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

8.1 - O presente contrato poderá ser rescindido unilateralmente, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade superior.

8.2 - Este instrumento poderá ser rescindido por ato unilateral da FUABC - Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário, em se verificando a ocorrência de descumprimento de cláusulas contratuais, assegurados, no entanto, o contraditório e a ampla defesa.

8.3 - O não cumprimento das obrigações contratuais pelas partes ensejará rescisão contratual, sendo lícito a qualquer das partes denunciá-lo a qualquer tempo, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem que caiba a outra parte direito de indenização de qualquer espécie.

8.4 - Considerando que a Fundação do ABC possui contrato com a Secretaria de Saúde do Governo do Estado de São Paulo para o exercício de suas atividades profissionais e que, pode inclusive, ser rescindido pela Secretaria Estadual nos termos da Lei nº 8.666/93, desta maneira, cria-se nesta, em caráter irrevogável e irretratável, CLÁUSULA DE EXCEÇÃO RESCISÓRIA, atinente à rescisão contratual entre as partes desta avença, sem a ocorrência qualquer modalidade penal ou indenizatória previstas em todo o contrato, caso haja rescisão contratual entre a Secretaria e a Fundação do ABC, devendo esta, entretanto, em razão da excepcionalidade desta cláusula, custear seus deveres contratuais frente ao contratado na modalidade pro rata até o evento rescisório, sem mais nenhum acréscimo.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

9.1 - Ficam previstas as seguintes penalidades:

9.1.1 – Multa de 10% (dez por cento) por inexecução parcial do contrato, sobre a parcela inexecutada, podendo, a CONTRATANTE, autorizar a continuação do mesmo;

9.1.2 – Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, por inexecução total do mesmo;

9.1.3 – Multa de 10% (dez por cento) do valor do faturamento do mês em que ocorrer a infração, se o serviço prestado estiver em desacordo com as especificações propostas e aceitas pela CONTRATANTE;

9.1.4. – Multa de 1% (um por cento) por dia de atraso no cumprimento dos prazos estipulados em contrato;

9.1.5 – As multas são independentes entre si, podendo ser aplicadas cumulativamente. A aplicação de uma não exclui a das outras, bem como a das demais penalidades previstas em lei;

9.1.6 - O valor relativo às multas eventualmente aplicadas será deduzido dos pagamentos que a CONTRATANTE efetuar, mediante a emissão de recibo;

9.1.7 - As penalidades serão propostas pela fiscalização da CONTRATANTE e aplicadas, se for o caso, garantindo o contraditório administrativo com defesa prévia;

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

10.1 – O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

10.1.1 - Unilateralmente, pela CONTRATANTE, sempre que:

10.1.1.1 - Houver modificação do projeto das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

10.1.1.2 - Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimos ou diminuição quantitativa de seu objeto;

10.1.2 - Por acordo entre as partes, sempre que:

10.1.2.1 - Quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

10.1.2.2 - Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

10.1.2.3 - Para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato;

10.1.3 – As alterações que incidirem no presente contrato será precedida do termo de aditamento de contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

11.1 - Os serviços serão iniciados pela CONTRATADA após a assinatura do presente contrato;

11.2 - Quaisquer acréscimos ou diminuição nos serviços pertinentes ao objeto contratado, somente poderão ser executados após o respectivo aditamento contratual, devidamente aprovado pela Fundação do ABC - Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário, conforme cláusula décima primeira.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 - Este ajuste regular-se-á pelas suas disposições e partes integrantes tais como o Ato Convocatório, seus anexos e proposta da CONTRATADA, legislação vigente e demais normas de direito aplicáveis;

12.2 - Fica eleito o foro Comarca de São Paulo/SP para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato;

E, por estarem às partes de comum acordo sobre as estipulações, termos e condições deste instrumento, firmam-no por meio manual ou eletrônico (Medida Provisória nº 2.200-2/2001), na presença de 02 (duas) testemunhas.

E, por estarem assim juntos e contratados entre si, assinam por meio manual ou eletrônico (Medida Provisória nº 2.200-2/2001) as vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

São Paulo, ____ de _____ de 2024.

Rogério Anhon Bigas
FUNDAÇÃO DO ABC - CENTRO HOSPITALAR DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

CONTRATADA

Testemunhas:

1. _____

Nome:

CPF:

2. _____

Nome:

CPF:

ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE PRÁTICAS DE TRABALHO

Através da presente, _____, portador da cédula de identidade RG nº _____ e inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob nº _____, com endereço à _____, neste ato representando a empresa _____, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob nº _____, com sede à _____, vencedora do Processo Administrativo de n.º 0034/2025, cujo objeto é a contratação de empresa especializada em locação de veículo automotor sem motorista tipo van, para o Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário, para o Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário, unidade mantida da Fundação do ABC, DECLARA, sob as penas da lei, que a empresa se responsabiliza inteiramente no caso de seus funcionários e/ou prepostos vierem a mover futuras ações trabalhistas ou cíveis contra a mesma, ficando a FUABC - Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário excluída do polo passivo, ou seja, da responsabilidade solidária ou subsidiária, quando do seu regular pagamento.

DECLARA, ainda, estar ciente de que a ausência de veracidade de qualquer afirmativa contida neste Termo ensejará na imediata desclassificação da empresa do Processo Administrativo, na imediata rescisão do Termo de Contrato de Prestação de Serviços a qualquer tempo, caso já tenha sido formalizado, bem como na declaração de impossibilidade de participar de qualquer procedimento de contratação junto às mantidas da Fundação do ABC pelo período de 05 (cinco) anos.

São Paulo, de de 2025

Representante legal:

Empresa:

CNPJ:

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TRABALHISTA

Através da presente, _____, portador da cédula de identidade RG nº _____ e inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob nº _____, com endereço à _____, neste ato representando a empresa _____, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob nº _____, com sede à _____, vencedora do Processo Administrativo de nº 0034/2025, cujo objeto é a contratação de empresa especializada em locação de veículo automotor sem motorista tipo van, para o Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário, DECLARA, sob as penas da lei, que a empresa se responsabiliza inteiramente no caso de seus funcionários e/ou prepostos vierem a mover futuras ações trabalhistas ou cíveis contra a mesma, ficando a FUABC - Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário excluída do polo passivo, ou seja, da responsabilidade solidária ou subsidiária, quando do seu regular pagamento dos serviços prestados.

São Paulo, de de 2025

Representante legal:

Empresa:

CNPJ:

ANEXO VI - TERMO DE DECLARAÇÕES

À Fundação do ABC - Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário

Ref.: Ato Convocatório nº 002/2025

Processo Administrativo nº 0034/2025

(Razão social da empresa vencedora), (CNPJ nº), sediada no (endereço completo), representada por (nome e qualificação completos) declara, sob as penas da lei, que cumpre, plenamente, os requisitos exigidos no procedimento licitatório referenciado, apresentando perfeitas condições para prestação de serviços.

Igualmente, declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos ao ato convocatório em causa e firmamos nossa plena concordância com as condições estabelecidas no presente certame e seus anexos.

São Paulo, de de 2025

Representante legal:

Empresa:

CNPJ:

ANEXO VII - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Ref.: Ato Convocatório nº 002/2025

Processo Administrativo nº 0034/2025

Eu, (nome e qualificação completos), representando a empresa (razão social), assumo o compromisso de manter a confidencialidade de toda documentação, informação e dados a que tiver acesso em razão de minha prestação de serviços objeto do contrato com a Fundação do ABC - Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário, inclusive após o término do contrato firmado.

Comprometo-me a guardar sigilo absoluto, e não divulgar, revelar, ou reproduzir, por quaisquer meios, documentações, informações e dados pertencentes à Fundação do ABC - Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário.

Declaro ainda estar ciente de que toda e qualquer informação que diga respeito às instalações da FUABC-CHSP estão cobertas pelo sigilo, tanto pelo caráter prisional do nosocômio, quanto pela Lei Geral de Proteção de Dados.

Estou ciente de que no caso de descumprimento do referido contrato poderá haver responsabilização civil e criminal.

São Paulo, de de 2025.

Representante legal:

Empresa:

CNPJ:

ANEXO VIII - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO

[logotipo da empresa]

Ref.: Ato Convocatório nº 002/2025

Processo Administrativo nº 0034/2025

Declaro, para todos os fins de direito, que os colaboradores, administradores e sócios desta empresa, não têm qualquer assunção de cargo ou vínculo de parentesco para com a Fundação do ABC, suas mantidas e seus colaboradores, gestores, diretores e representantes, restando à Fundação do ABC isenta de toda e qualquer responsabilidade, civil e/ou criminal, mas não somente, que possa ser a ela atribuída quanto à veracidade da declaração ora prestada.

São Paulo,de de 2025

Representante legal:

Empresa:

CNPJ:

ANEXO IX - DECLARAÇÃO DE ANTICORRUPÇÃO

[logotipo da empresa]

Ref.: Ato Convocatório nº 002/2025

Processo Administrativo nº 0034/2025

Eu, _____, portador do CPF/MF n. _____, representante legal da empresa (Razão Social da Empresa), estabelecida na _____.(endereço completo), inscrita no CNPJ/MF sob n.º _____, no uso de minhas atribuições, **DECLARO** que a pessoa jurídica conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, direta ou indireta, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013 , ao Decreto Estadual nº 60.106/2014, tais como:

I – Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

II – Comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;

III – Comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

IV – No tocante a licitações e contratos:

a) Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter

competitivo de procedimento licitatório público;

b) Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

c) Afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

d) Fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

e) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

f) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

g) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

V – Dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do

sistema financeiro nacional.

São Paulo,de de 2025

Representante legal:

Empresa:

CNPJ:

**ANEXO X - DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DO REGULAMENTO DE
COMPRAS E CONTRATAÇÃO DA FUNDAÇÃO DO ABC**

[logotipo da empresa]

Ref.: Ato Convocatório nº 002/2025

Processo Administrativo nº 0034/2025

À FUNDAÇÃO DO ABC

Prezados Senhores,

Pelo presente, informamos que analisamos atentamente o Regulamento de Compras e Contratação da Fundação do ABC – FUABC e manifestamos plena aceitação aos termos e condições previstas no documento, não reputando qualquer vício ou discordância expressa e/ou tácita com as suas condições renunciando expressamente a qualquer discussão acerca de suas cláusulas, e concordando expressamente com o seu conteúdo.

Declaramos outrossim que o sócio/representante que abaixo assina tem plenos poderes para celebrar tal declaração.

Sem mais para o momento.

Atenciosamente,

São Paulo, de de 2025

Representante legal:

Empresa:

CNPJ:

ANEXO XI - TERMO DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Ref.: Ato Convocatório nº 002/2025

Processo Administrativo nº 0034/2025

O Presente Termo de Responsabilidade pelo Tratamento de Dados Pessoais - Fornecedores ("Termo") se destina a todos os fornecedores de produtos ou prestadores de serviços, suas subsidiárias e afiliadas ("Fornecedor" ou "Fornecedores"), e objetiva cientificá-los sobre a forma como deverão tratar os dados pessoais aos quais tenham acesso em razão de seu relacionamento com o Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário - Fundação do ABC. O presente Termo é parte integrante do instrumento contratual firmado com a instituição.

1. DEFINIÇÕES DA LGPD

1.1. Antes de mais nada, é importante que você entenda as definições criadas pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) n.º 13.709/2018 reproduzidas neste Termo:

Anonimização: Utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo;

Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD): Órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da Lei n.º 13.709/2018 em todo o território nacional;

Controlador: Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem compete as decisões referentes ao tratamento de Dados Pessoais;

Dado Anonimizado: Dado relativo ao titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento;

Dado Pessoal: Informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável;

Dado Pessoal Sensível: Dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso,

filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;

Encarregado de Dados (DPO): Pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);

Pessoa Natural: Também conhecida como pessoa física é o ser humano propriamente dito dotado de capacidade;

Operador: Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de Dados Pessoais em nome do controlador;

Titular de Dados: Pessoa natural a quem se referem os Dados Pessoais que são objeto de tratamento;

Tratamento: Toda operação realizada com Dados Pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração;

Transferência Internacional de Dados: Transferência de Dados Pessoais para país estrangeiro ou organismo internacional do qual o país seja membro.

2. COLETA E TRANSFERÊNCIA DE DADOS

2.1. Para a realização de suas atividades regulares, o Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário - Fundação do ABC poderá transferir os dados pessoais ao fornecedor ou solicitar que o fornecedor realize a coleta dos dados pessoais dos Titulares de Dados, diretamente destes ou por meio de bancos de dados disponíveis, fornecidos pela Instituição. Quando o fornecedor tratar dados pessoais em nome do Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário - Fundação do ABC será considerado operador de dados pessoais e deverá realizar o tratamento dos dados apenas segundo as instruções fornecidas pelo Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário – Fundação do ABC;

2.2. Caso seja um operador, o Fornecedor não possuirá nenhum direito de tratamento independente dos dados pessoais transferidos. Em qualquer caso, todo

o tratamento de dados pessoais deve ser realizado somente de acordo com as disposições da LGPD e demais regulamentações aplicáveis ao tratamento de dados pessoais.

3. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

3.1. O Fornecedor se obriga a:

- a) Tratar os dados em acordo com a legislação aplicável, incluindo o Tratamento em consonância com os princípios da finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação, responsabilização e prestação de contas;
- b) Somente Tratar Dados Pessoais mediante instruções documentadas e informar, imediatamente, caso considere que qualquer instrução viola a LGPD ou qualquer lei ou regulamentação aplicável;
- c) Não reutilizar ou compartilhar Dados Pessoais, exceto se instruído ou autorizado pelo Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário - Fundação do ABC previamente, ou se exigido pela lei aplicável e, nesse caso, o Fornecedor deverá informar ao Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário – Fundação do ABC sobre essa exigência legal antes do efetivo tratamento;
- d) Não realizar Transferência Internacional de Dados Pessoais sem a aprovação prévia e por escrito do Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário - Fundação do ABC, exceto quando a transferência de dados ocorrer para um país reconhecido pela ANPD como tendo um nível adequado de proteção;
- e) Manter uma estrutura interna com medidas técnicas e organizacionais adequadas para garantir que o Tratamento realizado em nome do Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário - Fundação do ABC atenda aos requerimentos de segurança e confidencialidade da LGPD, incluindo a implementação de procedimentos adequados de gerenciamento de direitos de acesso, retenção, criptografia e segurança dos Dados Pessoais;
- f) Não subcontratar ou terceirizar o Tratamento dos Dados Pessoais sem autorização prévia e expressa do Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário - Fundação do ABC e, ainda assim, sempre mediante contrato escrito, impondo as mesmas obrigações

estabelecidas pelo Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário - Fundação do ABC para seus fornecedores, incluindo obrigações de segurança e confidencialidade;

g) Disponibilizar ao Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário - Fundação do ABC todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento com as obrigações aqui elencadas e (i) permitir e contribuir com a realização de auditorias, incluindo inspeções e investigações, e (ii) prestar assistência ao Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário - Fundação do ABC, inclusive na realização de avaliações de impacto à proteção de dados e garantia do exercício dos direitos dos titulares;

h) Se responsabilizar pelo Tratamento de Dados Pessoais que realizar em desacordo com a Legislação Aplicável, bem como por eventuais omissões ou erros cometidos em nome próprio ou por qualquer de seus empregados, prepostos, representantes, terceiros e subcontratados;

i) Excluir ou devolver todos os Dados Pessoais conforme solicitado pelo Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário – Fundação do ABC, após o término da prestação dos serviços relacionados ao contrato e excluir cópias existentes, exceto se a legislação autorizar o armazenamento de tais dados;

j) Manter a confidencialidade de todas as informações do Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário - Fundação do ABC a que tiver acesso em razão do relacionamento comercial entre as partes, protegendo e não divulgando para terceiros, salvo se a divulgação for prévia e expressamente autorizada pelo Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário - Fundação do ABC.

4. DIREITOS DO TITULAR DOS DADOS PESSOAIS

4.1 O Fornecedor declara que está ciente dos direitos dos Titulares de Dados previstos na LGPD, incluindo, os seguintes:

a) Confirmação de que existe tratamento dos seus dados pessoais;

b) Acesso aos próprios dados pessoais;

c) Correção dos dados pessoais incompletos, inexatos ou desatualizados;

d) Anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na LGPD;

- e) Portabilidade dos dados pessoais para outro fornecedor de um serviço ou produto, sujeito à regulamentação da autoridade nacional;
- f) Solicitação de apagamento ou anonimização dos dados pessoais tratados com base no seu consentimento, exceto quando a lei autorizar a manutenção destes dados por outro fundamento;
- g) Informações sobre as entidades públicas e privadas com as quais o Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário - Fundação do ABC tenha realizado o uso compartilhado dos seus dados pessoais;
- h) Informações sobre a possibilidade de não dar consentimento ao tratamento dos seus dados pessoais sobre as consequências de tal ação; e
- i) Revogação de seu consentimento, quando o tratamento tenha sido feito com base no consentimento do titular.

4.2 O Fornecedor cooperará para permitir que o Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário - Fundação do ABC cumpra o exercício de direitos pelos Titulares dos Dados, o que incluirá: (a) o fornecimento de todas as informações solicitadas pelo Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário - Fundação do ABC. (b) a prestação de assistência conforme razoavelmente solicitado pelo Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário - Fundação do ABC para permitir que esta cumpra a solicitação pertinente, responda efetivamente as reclamações ou envie as comunicações dentro dos prazos previstos pela LGPD.

5. INCIDENTES DE SEGURANÇA

5.1. O Fornecedor deverá notificar o Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário - Fundação do ABC, por meio de seu Encarregado de Dados, através do e-mail protecaodedados@chsp.org.br, imediatamente após tomar conhecimento ou suspeitar de um incidente de segurança que possa comprometer a integridade, confidencialidade e/ou disponibilidade de qualquer dado pessoal. A notificação deverá conter, no mínimo: (i) a descrição da natureza dos dados pessoais afetados; (ii) as informações sobre os Titulares dos Dados envolvidos; (iii) as informações sobre as medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados; (iv) a descrição das prováveis consequências e riscos relacionados ao incidente de segurança; (v) a descrição das medidas tomadas ou propostas para abordar o

incidente de segurança; e (vi) a descrição das medidas que foram ou serão tomadas para reverter ou mitigar os efeitos das perdas relacionadas ao incidente de segurança.

6. TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS DOS AGENTES DO FORNECEDOR

6.1. O Fornecedor reconhece que, no curso de seu relacionamento comercial, o Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário - Fundação do ABC poderá, periodicamente, tratar Dados Pessoais relacionados a funcionários ou indivíduos que atuem em seu nome na prestação de serviços ("Representantes"), com a finalidade de:

- a) Preenchimento de cadastro e elaboração de contrato;
- b) Execução do objeto do contrato junto ao Fornecedor;
- c) Cumprimento de obrigações legais;
- d) Comunicação e gestão de relacionamento, contato, fornecimento de informações, envio de comunicados;
- e) Realização de pesquisas de satisfação ou de outra natureza;
- f) Verificação do histórico pessoal e profissional;
- g) Análise e fixação de sinistros, elaboração de dossiês para gerenciamento de riscos;
- h) Avaliação de performance dos serviços prestados;
- i) Preparação de respostas a autoridades no âmbito de processos judiciais ou administrativos, em cumprimento de deveres legais, regulatórios ou quaisquer outros licitamente exigíveis ao Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário - Fundação do ABC, ou em defesa de seus direitos e interesses legítimos;
- j) Exercício de direitos em processos legais e para propósitos legítimos de negócio do Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário – Fundação do ABC;
- k) Apuração de irregularidades e ilícitos cometidos pelo fornecedor no desempenho dos serviços prestados; e

l) Realização de atividades de prevenção contra fraude e atividades ilícitas, incluindo medidas para proteção do Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário – Fundação do ABC, de Clientes e/ou terceiros.

6.2. É responsabilidade do Fornecedor, atuando na qualidade de Controlador dos Dados dos Representantes, garantir que (i) os Dados recebidos pelo Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário - Fundação do ABC sejam coletados e compartilhados em acordo com a legislação aplicável, e (ii) os Representantes sejam informados sobre as atividades de tratamento de Dados Pessoais realizadas pela Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário - Fundação do ABC.

6.3. O Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário – Fundação do ABC poderá coletar informações publicamente disponíveis, além dos seguintes dados pessoais dos Representantes do Fornecedor:

- a) Nome completo;
- b) Data de nascimento;
- c) Gênero;
- d) Nacionalidade;
- e) Número de telefone fixo e telefone celular;
- f) Estado civil;
- g) Endereço completo;
- h) Endereço de e-mail;
- i) Dados e imagens da carteira de identidade (RG);
- j) Dados e imagens do cadastro de pessoas físicas (CPF/ME);
- k) Dados e imagens da Carteira Nacional de Habilitação (CNH);
- l) Dados do veículo do Transportador, incluindo identificação do proprietário;
- m) Cópia ou números de outros documentos de identificação governamentais;

- n) Dados pessoais contidos em contratos sociais e procurações;
- o) Organização ou empresa a qual pertence ou esteja relacionado e informações relacionadas;
- p) Posição, título ou cargo;
- q) Informações de contrato;
- r) Dados de geolocalização;
- s) Fotografias, coletadas para os sistemas de segurança do Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário - FUNDAÇÃO DO ABC;
- t) Informações sobre histórico pessoal, profissional e, conforme permitido pela legislação, antecedentes criminais;
- u) Informações sobre preferência de comunicação; e
- v) Comunicação, verbal ou escrita, mantida entre o Fornecedor e o Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário – Fundação do ABC.

6.4. O Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário - Fundação do ABC manterá e tratará esses dados pessoais pelo tempo necessário para cumprir com os propósitos apontados acima. Os Representantes do Fornecedor poderão exercer os direitos como Titulares dos Dados na forma da cláusula 4 deste Termo, através do contato com o Encarregado de Dados por meio do seguinte canal protecaodedados@chsp.org.br.

7. DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1. O Fornecedor declara e se compromete a cumprir com os termos da LGPD e demais regulamentações aplicáveis relacionadas à privacidade e à proteção de dados pessoais. Em caso de quaisquer dúvidas ou deveres relacionados ao tratamento de dados dos Titulares de Dados, ou ainda, caso o Fornecedor entenda que não é capaz de atender ao previsto na LGPD, ele deverá entrar em contato direto com o Encarregado de Dados do Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário - Fundação do ABC por meio do endereço de e-mail: protecaodedados@chsp.org.br.


7.2. Declaro que as informações prestadas acima representam a legítima expressão da verdade e aceito as condições do termo de responsabilidade.

São Paulo, de de 2025

Assinatura do sócio proprietário ou representante legal

Nome completo:

CPF:


 FUNDAÇÃO DO ABC Desde 1967	DECLARAÇÃO	CÓDIGO: FOR.CPC.001	PÁG.: 1 de 2
		ELABORADO: 01/02/2023	REVISADO: 00/00/0000
		VIGÊNCIA: NA	VERSÃO: 00
		CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO: RESTRITA	
TÍTULO: DUE DILIGENCE DE FORNECEDORES PARA COMPROMENTIMENTO AOS PRECEITOS ÉTICOS DA FUABC - FORNECEDORES			


DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA DA FUABC.

A empresa _____,
CNPJ _____, declara, para os devidos fins legais, estar ciente e de acordo com as normas institucionais, preceitos éticos e de anticorrupção previstos no Código de conduta Ética da Fundação do ABC, comprometendo-se a cumpri-lo fielmente, durante todo o período de vigência do presente contrato, em especial, atender as práticas de antissuborno voltadas aos seus representantes ou por terceiras pessoas a eles relacionadas, independentemente do valor envolvido, não efetuando qualquer tipo de pagamento, dação, doação, presente, entretenimento, transporte, patrocínio, doação beneficente dentre outros que possam ser caracterizados como subornos, propinas ou ainda prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente qualquer vantagem indevida para garantir negócios com as empresas interessadas em adquirir nossos produtos e serviços.

_____, _____ de _____ de 20____.

Nome da Empresa:
CNPJ:
Procurador Legal:

 FUNDAÇÃO DO ABC Desde 1967	DECLARAÇÃO	CÓDIGO: FOR.CPC.001	PÁG.: 2 de 2
		ELABORADO: 01/02/2023	REVISADO: 00/00/0000
		VIGÊNCIA: NA	VERSÃO: 00
		CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO: RESTRITA	
TÍTULO: <i>DUE DILIGENCE</i> DE FORNECEDORES PARA COMPROMENTIMENTO AOS PRECEITOS ÉTICOS DA FUABC - FORNECEDORES			

 FUNDAÇÃO DO ABC Desde 1967	FORMULÁRIO	CÓDIGO: FOR.RHU.009	PÁG: 1 de 3
		ELABORADO: 16/07/2021	REVISADO: 28/06/2023
		VIGÊNCIA: NA	VERSÃO: 01

TÍTULO: QUESTIONÁRIO DE DUE DILIGENCE DE COMPLIANCE DE FORNECEDORES

IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR - DADOS CADASTRAIS BÁSICOS			
Razão social		CNPJ ou equivalente	
Nome fantasia			Data de constituição / /
Endereço		Número	Complemento
Cidade	Estado		CEP

INFORMAÇÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA E GESTÃO DA EMPRESA			
Apresentar os dados das pessoas físicas e jurídicas que detém participação societária. Se houver alguma pessoa jurídica nesta lista, por favor, indicar os beneficiários finais, até o nível em que haja somente pessoas físicas.			
Nome/Razão social	CPF/CNPJ	Nacionalidade	% Participação

As pessoas listadas nos itens anteriores possuem relação de parentesco com algum colaborador em cargo de confiança – Conselheiro, dirigente, diretor, gerente ou coordenador da Fundação do ABC?


☐ Sim
☐ Não

Em caso afirmativo informar os seguintes dados:	Nome:
	Função:
	Unidade:

RAMO DE ATIVIDADE	
1. Segmento	<input type="checkbox"/> Indústria <input type="checkbox"/> Comércio e Serviços
Principais atividades (CONFORME DESCRIÇÃO NO CNAE):	Atividades secundárias:

PORTE	
2. Receita bruta anual: <input type="checkbox"/> Até R\$ 60 mil e 1 até empregado (Microempreendedor individual - MEI) <input type="checkbox"/> Até R\$ 360 mil (Microempresa) <input type="checkbox"/> De R\$ 360 mil a R\$ 3,6 milhões (Pequena empresa) <input type="checkbox"/> De R\$ 3,6 milhões a R\$ 300 milhões (Média empresa) <input type="checkbox"/> Acima de R\$ 300 milhões (Grande empresa)	3. Nº de empregados: <input type="checkbox"/> Até 19 <input type="checkbox"/> De 20 a 99 <input type="checkbox"/> De 100 a 499 <input type="checkbox"/> Acima de 500 Cobertura geográfica:

POLÍTICAS E PROCEDIMENTOS	
Programa de Integridade	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Em caso positivo, fornecer uma cópia.	
Código de ética	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Em caso positivo, fornecer uma cópia.	

 FUNDAÇÃO DO ABC <small>Desde 1967</small>	FORMULÁRIO	CÓDIGO: FOR.RHU.009	PÁG: 2 de 3
		ELABORADO: 16/07/2021	REVISADO: 28/06/2023
		VIGÊNCIA: NA	VERSÃO: 01

TÍTULO: QUESTIONÁRIO DE DUE DILIGENCE DE COMPLIANCE DE FORNECEDORES


A empresa possui política de recebimento e apuração de denúncias de irregularidades por parte de seus steackholders (Canal de Denúncias)?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Política de seleção e contratação de funcionários	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Prevenção e combate à fraude e corrupção	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Oferta e recebimento de brindes, presentes e hospitalidades	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Política de registros contábeis e financeiros	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Proteção de dados	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Segurança da Informação	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Due diligence de terceiros	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Os funcionários recebem treinamentos sobre Código de Ética e/ou outros temas relacionados com ética, integridade e anticorrupção?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Em caso positivo, com qual frequência?	

SUPORTE E COMPROMETIMENTO DA ALTA ADMINISTRAÇÃO E LIDERANÇA

O fornecedor possui um órgão ou área responsável pela coordenação ou gestão de suas atividades de Compliance (integridade e conformidade)	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Este órgão ou área está subordinado à(o):	<input type="checkbox"/> Presidência <input type="checkbox"/> Jurídico <input type="checkbox"/> Financeiro <input type="checkbox"/> Outro:
O fornecedor possui canal de denúncias? Caso positivo, identificar o fluxo de tratamento das ocorrências, se é garantida a confidencialidade dos dados e a proteção do anonimato aos denunciante	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim. Resposta:
O fornecedor promove treinamentos periódicos sobre suas normas internas, inclusive a seus empregados e demais públicos pertinentes	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
São mantidos registros dos treinamentos, incluindo controle dos participantes e do material utilizado	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não

QUESTÕES OPERACIONAIS E REPUTACIONAIS

O fornecedor possui algum tipo de conflito de interesses que impossibilitaria a prestação de serviços a FUABC?	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim, qual impedimento:
O fornecedor subcontrata algum de seus serviços ou utiliza intermediários?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
O fornecedor possui controles financeiros, de tesouraria e contábeis adequados, precisos e atualizados?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Possui registros contábeis submetidos à auditoria independente (em caso positivo, informa a empresa de auditoria):	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
A empresa, seus acionistas, conselheiros ou diretores estatutários ou quaisquer empresas em seu grupo econômico estão ou estiveram nos últimos 05 (cinco) anos, de qualquer forma, envolvidos em processos administrativos ou judiciais fundados nas legislações abaixo:	
Leis anticorrupção brasileira ou internacionais	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Lei de improbidade administrativa	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Lei de licitações	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Lei de Defesa da Concorrência	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Processos criminais	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Em caso de afirmativo à questão anterior, justificar e identificar o andamento do(s) processo(s).	
Nome da pessoa envolvida	Justificativa

 FUNDAÇÃO DO ABC Desde 1967	FORMULÁRIO	CÓDIGO: FOR.RHU.009	PÁG: 3 de 3
		ELABORADO: 16/07/2021	REVISADO: 28/06/2023
		VIGÊNCIA: NA	VERSÃO: 01

TÍTULO: QUESTIONÁRIO DE *DUE DILIGENCE* DE COMPLIANCE DE FORNECEDORES

PESSOA EXPOSTA POLITICAMENTE AO CONFLITO DE INTERESSE

Algum proprietário, sócio, acionista majoritário, membro do Conselho de Administração, Diretor e/ou representante da empresa enquadra-se na na condição de PEP, conforme definido no § 1º, artigo 1º, da Resolução COAF n.º 40, de 22 de novembro de 2021?

☐ Sim ☐ Não - Em caso positivo, informe quem é a pessoa, a posição ocupada e o órgão do governo:

DECLARAÇÃO

Declaro e atesto para os devidos fins que as informações fornecidas anteriormente, bem como os documentos disponibilizados são verdadeiros e não ocultaram quaisquer dados. Se em algum momento as informações ou documentos apresentados neste questionário não representarem mais a realidade, comprometo-me em comunicar imediatamente a Fundação do ABC e fornecer um relatório complementar detalhando referida mudança.

_____ / _____ / _____
Local (cidade)

_____ / _____ / _____
Data

_____ / _____ / _____
Assinatura do responsável